

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/11/2023 | Edição: 223 | Seção: 1 | Página: 47

Órgão: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Secretaria de Serviços Compartilhados

INSTRUÇÃO NORMATIVA SSC/MGI Nº 40, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre os procedimentos para disponibilização, controle e utilização dos serviços de comunicação de voz, por intermédio de telefonia móvel e de dados, por meio de dispositivos móveis do tipo celular, tablet e modem, no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 47, inciso I, alíneas "a" e "e", do Anexo I do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, e na Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre os procedimentos para disponibilização, controle e utilização dos serviços de comunicação de voz, por intermédio de telefonia móvel e de dados, por meio de dispositivos móveis do tipo celular, tablet e modem, no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

§ 1º As disposições contidas nesta Instrução Normativa se aplicam às unidades descentralizadas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

§ 2º Os órgãos demandantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderão aderir a esta Instrução Normativa na forma do Anexo.

Art. 2º Os serviços de comunicação de que trata o art. 1º destinam-se exclusivamente às necessidades de serviço.

Art. 3º O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos disponibilizará os equipamentos, os aparelhos e os acessórios, contratados como serviços, em sistema de comodato, que serão registrados e controlados pela Diretoria de Administração e Logística, da Secretaria de Serviços Compartilhados, em Brasília.

§ 1º A pessoa ocupante de cargo, emprego ou função pública deverá assinar o Termo de Responsabilidade por meio eletrônico a ser disponibilizado pelo setor de Gestão de Dispositivo Móvel da Diretoria de Administração e Logística.

§ 2º O Termo de Responsabilidade conterá as especificações, o número da linha e a situação dos dispositivos móveis.

§ 3º A pessoa ocupante de cargo, emprego ou função pública receberá o equipamento juntamente com o chip, não sendo possível recebê-los separadamente.

§ 4º O telefone móvel corporativo tem caráter personalíssimo e intransferível.

Art. 4º É da responsabilidade exclusiva da pessoa a utilização dos dispositivos móveis que lhe forem destinados, cabendo-lhe prestar as informações e os esclarecimentos que lhe forem solicitados em decorrência das despesas de utilização dos serviços.

CAPÍTULO II

DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL E DE DADOS

Seção I

Da destinação



Art. 5º Os serviços de comunicação de que trata o art. 1º são destinados às pessoas ocupantes de Cargo Comissionado Executivo - CCE ou de Função Comissionada Executiva - FCE de nível igual ou superior a 15 ou equivalentes.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, devidamente justificados, serão concedidos os serviços de comunicação de que trata o art. 1º a outras pessoas ocupantes de cargo, emprego ou função pública, no interesse da administração, desde que autorizados pela autoridade competente.

Seção II

Dos procedimentos para solicitação dos serviços

Art. 6º As solicitações de autorização para utilização dos serviços de comunicação de que trata o art. 1º deverão ser realizadas por meio de processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, contendo ofício que justifique a utilização.

§ 1º O ofício deverá ser assinado pela autoridade dirigente máxima ou titular da chefia de gabinete das unidades à Secretaria de Serviços Compartilhados ou conforme delegação de competência.

§ 2º Deverá ser instruído um processo para cada pessoa contendo o nome completo, a matrícula Siape, e-mail, telefone, endereço de entrega e a portaria de nomeação.

§ 3º Presume-se a necessidade do serviço em relação às autoridades de que trata o caput do art. 5º.

§ 4º Na hipótese de que trata o parágrafo único do art. 5º os ofícios deverão conter:

I - a autorização da autoridade máxima do órgão ou autoridade subdelegada, comprovada a subdelegação; e

II - a demonstração da necessidade do serviço.

Art. 7º Os órgãos demandantes expedirão o ofício pela autoridade competente e encaminharão o processo para a unidade responsável no seu órgão de origem, os quais darão os encaminhamentos necessários à Secretaria de Serviços Compartilhados.

CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL

Art. 8º As ligações de longa distância nacional e internacional, nos serviços de comunicação de voz por meio de telefonia móvel, deverão ser realizadas, obrigatoriamente, por intermédio das operadoras contratadas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, devendo ser objeto de ressarcimento aquelas realizadas em desacordo com os serviços contratados.

Parágrafo único. Para fins de ressarcimento deverá ser preenchida a Guia de Recolhimento da União - GRU e encaminhada a comprovação de pagamento à Diretoria de Administração e Logística.

Art. 9º A solicitação de serviços de comunicação no exterior deverá ser formalizada pelo portal de demandas para a Diretoria de Administração e Logística, observado o disposto no art. 7º.

§ 1º A solicitação deverá conter a relação das localidades a serem atendidas e seus respectivos períodos, devidamente justificada pela área solicitante, com antecedência mínima de quarenta e oito horas da data do afastamento e deverá ser enviada a portaria de afastamento do país.

§ 2º A concessão de serviços de comunicação no exterior ficam condicionados a autorização específica na hipótese de que trata o art. 6º, § 4º.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10. Caberá à pessoa detentora dos aparelhos, dos equipamentos e dos demais acessórios de comunicação cedidos pela empresa prestadora do serviço:

I - zelar pela guarda e conservação dos equipamentos;

II - comunicar, imediatamente, por telefone e, posteriormente, por escrito, ao setor de Gestão de Dispositivo Móvel, os casos de perda, extravio de qualquer natureza ou roubo, para que o serviço seja bloqueado, anexando a respectiva ocorrência policial;

III- comunicar a autoridade local competente, no caso de viagem internacional, nos casos de perda, extravio de qualquer natureza ou roubo;



IV - comunicar, imediatamente, à operadora, quando os fatos previstos no inciso anterior ocorrerem fora do horário de expediente, nos finais de semana e feriados;

V - repor o aparelho, equipamento e demais acessórios, sem ônus para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, quer seja por dano, extravio, furto ou roubo, devendo manter as características do aparelho inicialmente concedido;

VI - arcar com as despesas decorrentes do conserto do aparelho, equipamento e demais acessórios, nos casos em que constatado, pela empresa de assistência autorizada, defeito provocado por uso indevido; e

VII - devolver ao setor de Gestão de Dispositivo Móvel o aparelho, equipamento e os acessórios descritos no Termo de Responsabilidade, em perfeitas condições, sem senhas de restrição de uso pessoal e com as configurações originais, inclusive no caso de alteração da situação funcional que justificou a concessão do serviço, sob pena de responsabilização do servidor caso não seja devolvido o dispositivo móvel nas condições citadas.

§ 1º Nas hipóteses do inciso V, quando da restituição, deverá ser entregue a nota fiscal de aquisição do aparelho ou equipamento substituto e os acessórios deverão ser originais.

§ 2º Alternativamente ao disposto no § 1º, o servidor poderá optar pelo ressarcimento em valor, ocasião na qual a operadora contratada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos irá emitir fatura específica no valor da nota fiscal do aparelho entregue com vistas ao ressarcimento, considerando o valor de mercado do produto novo.

Art. 11. A pessoa detentora será responsável pelos danos causados aos aparelhos, equipamentos e demais acessórios de comunicação, em especial, quando constatada as seguintes ocorrências:

I - uso em desacordo com a finalidade e as aplicações para as quais foram projetados;

II - não observância no cumprimento das orientações contidas no Manual do Usuário ou em qualquer outra orientação de uso;

III - violação, modificação ou adulteração;

IV - ligação em instalação elétrica inadequada ou sujeita a flutuações excessivas ou diferentes das recomendadas no Manual do Usuário ou em qualquer outra orientação de uso;

V - acidentes, quedas, exposição à umidade excessiva ou à ação dos agentes da natureza, ou imersão em meios líquidos; e

VI - utilização com outros equipamentos ou acessórios que não os originais.

Parágrafo único. É vedado realizar qualquer alteração na estrutura ou nos programas instalados nos aparelhos, equipamentos e demais acessórios de comunicação.

Art. 12. Quando ocorrer a substituição do aparelho, o antigo deverá ser entregue ao setor de Gestão de Dispositivo Móvel no prazo de até cinco dias úteis contados do recebimento do aparelho novo.

CAPÍTULO V

DA DEVOLUÇÃO DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS

Art. 13. O pessoa que perder o direito de utilização dos serviços de comunicação de que trata o art. 1º deverá providenciar a devolução dos aparelhos, equipamentos e acessórios sob sua responsabilidade.

§ 1º A pessoa deverá, necessariamente, devolvê-los, em até três dias úteis, ao setor de Gestão de Dispositivo Móvel, para baixa do Termo de Responsabilidade.

§ 2º A pessoa que não devolver o dispositivo móvel sob sua guarda poderá ser responsabilizada na forma da legislação.

Art. 14. Para realizar a devolução dos dispositivos móveis, a pessoa deverá reabrir o processo original de solicitação, incluir e assinar o formulário Termo de Devolução - Dispositivo Móvel/Comodato.

§ 1º Após preenchido o formulário, a pessoa deverá imprimir-lo e entregá-lo, juntamente com os dispositivos móveis, ao setor de Gestão de Dispositivo Móvel, para emissão de recibo.

§ 2º A pessoa não precisará tramitar o processo original para o setor de Gestão de Dispositivo Móvel, a fim de ter a demanda atendida.



CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. O setor de Gestão de Dispositivo Móvel solicitará periodicamente às unidades a atualização das pessoas usuárias dos serviços de comunicação de que trata o art. 1º.

Art. 16. Os casos omissos e as dúvidas serão dirimidos pela Diretoria de Administração e Logística.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de dezembro de 2023.

ISABELA GOMES GEBRIM

ANEXO

MODELO DE ADESÃO DOS MINISTÉRIOS DEMANDANTES À INSTRUÇÃO NORMATIVA

PORTARIA (ÓRGÃO) XX/XXXX, DE (DIA), DE (MÊS) DE 202X

O(A) (AUTORIDADE COMPETENTE) DO (NOME MINISTÉRIO), no uso da atribuição que lhe confere (fundamento da competência ou delegação de competência), tendo em vista o disposto no art. 5º, I, da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023, e considerando as informações do Processo nº (número do processo), resolve:

Art. 1º Aderir aos termos da Instrução Normativa SSC/MGI nº 40, de 23 de novembro de 2023, que "dispõe sobre os procedimentos para disponibilização, controle e utilização dos serviços de comunicação de voz, por meio de telefonia móvel e de dados, por meio de dispositivos móveis do tipo celular, tablet e modem, no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos", em conformidade com o estabelecido em seu art. 1º.

Art. 2º Fica(m) excetuada(s) da presente adesão a(s) unidade(s) específica(s) singular(es) apresentada(s) a seguir: (utilizar o artigo somente no caso de não aplicação da Instrução Normativa a unidade específica singular no Ministério).

I - (Unidade);

II - (Unidade).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em (dia) de (mês) de (ano).

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

